

**UM DRAMA NOS JORNAIS: O ASSASSINATO DO PRESIDENTE
JOÃO PESSOA COMO UMA TRAGÉDIA NACIONAL**

**GENES DUARTE RIBEIRO
SECRETARIA DO ESTADO DA PARAÍBA
genes_duarte@hotmail.com**

A morte de João Pessoa, em Recife, teve uma repercussão que dominou completamente as primeiras páginas dos principais jornais do país durante várias semanas. Se fizermos um retrospecto do que ocorreu desde os primeiros dias, a partir do domingo do dia 27 de julho, quando os jornais começaram a divulgar as notícias sobre “os motivos do assassinato”, “os culpados”, “a repercussão nacional”, perceberemos que aquela não seria apenas mais uma notícia para ser publicada em um único dia.

O assassinato de João Pessoa ganhou destaque e ampla difusão em esfera nacional. Em alguns jornais, foram meses de intensas publicações, que se estenderam do dia da morte ao enterro, as missas de sétimo e trigésimo dias, as palavras dos políticos nas assembléias estaduais e as trocas de informações em jornais que pertenciam à mesma rede de noticiários.

O autor do assassinato foi o advogado João Duarte Dantas. De acordo com Melo (2003), a indisposição do Presidente João Pessoa com a família Dantas, da cidade de Teixeira, na Paraíba, vinha constituindo-se num clima de ódio e de perseguição, que tomaria fôlego com início da “Guerra de Princesa”, em março daquele ano, comandada pelo coronel José Pereira, portanto aliado dos Dantas e inimigo de João Pessoa. Esse assassinato, ocorrido em Recife no dia 26 de julho de 1930, já rendeu variadas publicações e calorosos debates historiográficos posteriormente.

Vários periódicos do período se voltaram para dar uma atenção maior a “vítima”, o Presidente João Pessoa, mas também à “Paraíba”, ora à “República” ou ao “povo brasileiro”, incluídos como vítimas e “golpeados” com tal atentado, pois seriam os que sofreram com a sua morte. As notícias deixam claro aos leitores que todo o Brasil estava envolvido na “dor” e no “luto” a João Pessoa.

O discurso em torno da morte de João Pessoa seguiu basicamente as linhas daquilo que os aliancistas necessitavam para insuflar o fervor coletivo, uma nação revoltada pedindo justiça para os culpados pelo crime. Como numa orquestra, as

notícias se repetiam. Nos periódicos pertencentes aos *Diários Associados*, de diversos estados do Brasil, eram publicadas manchetes trazidas dos correspondentes nas principais capitais ou por telegramas enviados às redações.

O Jornal *Diário de Pernambuco* confirmava essa pretensão de “porta-voz coletivo” através de seu noticiário. No domingo do dia 27 de julho, anunciava:

A consternação e a indignação pública, produzidas pelo covarde assassinato de João Pessoa, perduram cada vez mais vivas. **E não somente no seio desolado da pequenina Paraíba**, atらいçoada e devastada pelos seus maus filhos, mordida enfim pelo golpe irreparável; **nem só na alma pernambucana atingida** em suas fibras mais sensíveis pela afrontosa escolha do Recife para teatro de emboscada monstruosa. **De todos os ângulos do país** se levanta em todas as consciências livres, uníssono clamor de justiça. (Diário de Pernambuco, 27 de julho de 1930 – grifamos)

Atribuímos ao discurso jornalístico um lugar onde o pensamento coletivo aparece formalizado, com possibilidade de aflorar a emoção, a imaginação, os postulados implícitos, as representações coletivas e as categorias cognitivas (SIQUEIRA, 2006). Portanto, a partir da notícia citada, constatamos o uso constante de metáforas dramáticas trazendo ideias de unidade e de sentimento unificado diante da morte de João Pessoa - um querer fazer-creer aos leitores que o acontecimento foi uma “tragédia” que atingiu a todo o Brasil.

Nesse sentido, as atribuições dadas ao acontecimento do dia 26 de julho retratam a opinião desses jornais e como eles davam importância à divulgação dos acontecimentos nas diversas cidades brasileiras, senão, vejamos, brevemente, algumas manchetes principais veiculadas na primeira semana do assassinato: **“A paz no Brasil periclita, um atentado indigno e revoltante”** (Correio da Manhã – 27 de julho de 1930 - Maranhão); **“A voz indignada do Rio Grande”** (Folha do Povo 27 de julho de 1930 – Maranhão); **“Manifestações de pesar, no Congresso e nos Estados”** (Jornal do Commercio – 31 de julho de 1930 - Rio de Janeiro); **O assassinio do Presidente João Pessoa cobriu o Brasil de dor e revolta** (29 de julho de 1930 - Diário de São Paulo); **De luto a Nacionalidade** (28 de julho de 1930 - Estado do Rio Grande - do Sul).

Dessa forma, havia a intencionalidade de propagar uma “dor unânime” ou uma “causa única” que unia todos os brasileiros num sentimento de pesar. Em nome do cadáver, em coro, a “indignação” da “totalidade dos brasileiros” era anunciada pelos

Diários Associados, através da retórica e dos efeitos dramáticos nas palavras, para que o leitor percebesse essa consternação e fizesse parte do rol dos que “clamavam por justiça”.

De fato, podemos incluir essas intencionalidades com a constatação de que “todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios para esse fim são múltiplos” (CAPELATO,1988 p.15). Sendo assim, os jornais de 1930 tinham suas metas e artifícios bem definidos, uma vez que essa investida discursiva não estava dissociada das sessões do legislativo federal, dedicadas “à memória do Presidente João Pessoa”. Senadores e deputados, principalmente, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, portanto integrantes da Aliança Liberal, alimentavam, com seus discursos inflamados, as páginas diárias dos jornais.

Cada palavra ou frase que exaltasse João Pessoa ou que demonstrasse o pesar por sua morte, no dia seguinte, estaria em destaque na primeira página, com títulos grandes, a exemplo do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, que criou um seção especial, intitulada “*O assassinio de João Pessoa - no congresso e nos estados: Notas e Informações*”, onde diariamente publicava os discursos das sessões e as notícias dos outros estados. Nota-se a frequência de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Na página do dia 30 de julho de 1930, a primeira informação é a constatação de que, até aquele dia, ainda repercutia, em todo o país, o sentimento de dor, e as manifestações de “pesar” e de “protesto” ecoavam em todo o território nacional pela morte de João Pessoa.

Essa tentativa de convencimento e de sensibilização da população ocorria não somente a partir dos textos escritos e títulos apelativos. Essa estratégia nos jornais cariocas, como já observamos anteriormente, também se fez com fotografias. Direcionamos a nossa atenção para uma fotografia usada, com frequência, nas páginas dos jornais: o cadáver de João Pessoa deitado na mesa do necrotério em Recife. Para que os periódicos tivessem o acesso mais rápido a essa foto, antes que o corpo “esfriasse” e, com ele, “o sentimento nacional”, foi preciso enviá-la, às pressas, por avião, de Recife aos demais estados brasileiros interessados na sua divulgação.

De fato, a fotografia do cadáver perfurado de balas se tornaria um emblema que, ao lado dos textos e das palavras comoventes, exploravam, a todo custo, "os corações e as mentes". Para o *Diário da Noite*, essa fotografia foi enviada já no dia 28, portanto, dois dias depois do assassinato. Na terça-feira, estamparia, na primeira página, o seu valioso troféu. Acima da fotografia de João Pessoa, podemos ler, em letras grandes, o anúncio do periódico: "*Repercute dolorosamente em todo o Brasil o assassinio covarde de João Pessoa, em Recife.*"

Seguindo o mesmo modelo de noticiário, O *Correio da Manhã*, do Maranhão, também mostra o cadáver em sua primeira página, na edição do dia 06 agosto, trazendo duas fotografias do necrotério: uma tirada na diagonal, posição que destaca as perfurações no pulso e as manchas de sangue na camisa branca do Presidente, e, do outro lado da página, a mesma fotografia, destacando, em "close", o rosto inerte e os olhos cerrados de João Pessoa. O jornal explica que a fotografia foi adquirida através de outro periódico.

O Jornal *Diário Carioca*, por sua vez, referenda o morto no necrotério e, ao mesmo tempo, relaciona os acusados de mandantes do crime. É interessante notar que a foto do corpo de João Pessoa ainda na mesa do necrotério, sujo de sangue, com as expressões publicadas acima, denota uma sintonia: "*Estamos diante de um crime caracteristicamente armado pelo poder central*"; "*O Governo da República está entregue a mãos ensanguentadas, o espírito público, horrorizado, treme pelos destinos do país, que acaba de ingressar em plena tragédia*".

A fotografia utilizada nessas duas primeiras páginas do Jornal *Diário Carioca*, por si só, não bastava. Os títulos e as legendas davam mais ênfase ao impacto que as fotografias exerciam em seus leitores. O corpo exposto de João Pessoa, deitado na mesa do necrotério em Recife, torna-se um elemento fundamental no drama anunciado. Não expressando apenas o sentido de recordação, a foto relata a forma com que o retratado foi morto e o tipo de morte, o que torna essa foto um importante veículo de comoção social e ainda de sensibilização daqueles que não tinham o domínio da leitura, o que, na Paraíba e no Nordeste, eram muitos. Nesse sentido, a fotografia servia para reforçar o que podia ser lido e informar a quem não sabia ler.

Levando em consideração as dificuldades do período, no que diz respeito à fotomontagem, utilização de “zoom” e questões técnicas de usos de fotografia, percebemos que esses desafios foram vencidos em função da exposição do cadáver com diferentes ângulos e closes na primeira página dos jornais. Essa insistência em mostrar o cadáver nos coloca uma questão: Como compreender um discurso que aclamava João Pessoa “herói”, “salvador”, “super-Presidente” e, ao mesmo tempo, a veiculação de sua imagem “deitado no necrotério” em Recife?

A estratégia da fotografia do morto não se contrapunha aos objetivos propostos. Por mais estranho que fosse, nos casos que foram expostos, pudemos observar que não era apenas a fotografia que estava sendo utilizada, ao ser exposta nas primeiras páginas dos jornais. No contexto da notícia, ela passava a ter um tratamento de indução de leitura a partir dos títulos, dos textos e das legendas que as acompanhavam. Em todos os seis jornais, a ideia do corpo deitado no necrotério e a “emoção coletiva” que provocava aquela imagem atendiam a esses propósitos.

Assim, os jornais apontam a gravidade do acontecimento e colocam os leitores informados sobre o “bárbaro assassinato”, a exemplo do *Diário da Noite* que, na segunda-feira, dia 28 de julho, circulou com duas edições: na primeira página da segunda edição, havia uma espécie de panorama “nacional” - diversas notícias divididas em subtítulos sobre o assassinato e a sua repercussão em vários estados, órgãos públicos e instituições oficiais.

Para acompanhar a repercussão do assassinato, nas instituições oficiais, foram escolhidas aquelas que tinham alguma relação com o Presidente João Pessoa, como o Supremo Tribunal Militar, porque, quando foi indicado por Epiácio Pessoa para ser o governador da Paraíba, em 1928, João Pessoa estava exercendo, naquele momento, o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar. Assim, o jornal abre espaço em suas páginas para apresentar aquela instituição como um órgão que estava “associado” àquele momento de “revolta” com relação ao assassinato de João Pessoa.

O jornal afirma que foi “um dos lugares onde o bárbaro crime de Recife teve a maior e mais consternadora repercussão”. Naquela ocasião, destacavam-se “a comovente solenidade” e os discursos proferidos pelos magistrados, que “soluçavam” e,

“profundamente desolados” pela morte do “íntegro e intrépido Presidente paraibano”, não faltaram a exaltação e muitas homenagens.

Os telegramas enviados à família do Presidente João Pessoa também são noticiados como fundamental apoio ao efeito sensacionalístico que o *Diário da Noite* pretendia com suas manchetes. Havia, ainda, a necessidade de tornar pública a continuidade da relação de “solidariedade” entre os estados que participaram da Aliança Liberal com a Paraíba. Para tanto, foi publicado o telegrama enviado pelo Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, para o Presidente Álvaro de Carvalho¹ na Paraíba:

Confirmando despacho que transmiti ontem intermédio secretariado do Governo v. ex. **cabe-me** comunicar profundo pesar **extrema revolta que no meio do povo mineiro** causou o bárbaro assassinio do Presidente Pessoa. As manifestações de dor que sucedem em todos os lugares que recebem a infausta notícia, assim comprovam a amizade e a **admiração dos mineiros** pelo excelso patriota e a sua solidariedade **com o povo paraibano**. (Jornal Diário da Noite, 28 de julho de 1930 - grifamos)

Representando “o povo gaúcho”, o Presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, envia um telegrama para Álvaro de Carvalho, publicado da mesma forma no *Diário da Noite*:

Recebi com dolorosa surpresa o telegrama em que v. ex. me comunicou haver sido assassinado em Recife o bemérito Presidente João Pessoa. **Em nome do Governo e do povo do Rio Grande, irmanados em perfeita identidade de sentimentos** no irreparável transe e na indignação contra o revoltante crime com que a vingança política armou o braço dum sicário, queria v. ex. aceitar e transmitir **ao glorioso povo da Paraíba** a expressão de vivo e profundo pesar da morte do eminente brasileiro, administrador modelar e abnegado patriota cuja vida foi mais alta revelação da dignidade cívica. (Jornal Diário da Noite, 28 de julho de 1930 - grifamos)

Percebemos que os líderes aliancistas falavam em nome do “povo” como porta-vozes, numa pretendida “admiração e pesar” pelo povo da Paraíba e pelo Presidente João Pessoa que, nessa “irmanada e perfeita identidade de sentimento,” fazia com que esses estados estivessem solidários uns com os outros.

O *Diário Carioca*, em 29 de julho de 1930, afirma que “João Pessoa deixou uma população inteira na orfandade” e, por isso mesmo, “o túmulo que receberá seu cadáver sepultará mil esperanças de alívio.” Com essas declarações, o jornal atribuiu a João Pessoa a condição de “pai”, “guia” e “líder” dos brasileiros e, para manifestar esse “sentimento de pesar”, mesmo não dispondo de uma “coluna de leitores”, vários jornais

publicizaram depoimentos daqueles “que prantearam o Presidente” e exaltaram o “pai da Pátria”.

Nessa perspectiva, Aires (2006) afirma que, de fato, havia uma tentativa, por parte dos aliancistas, de incluir populares no culto à memória de João Pessoa, ou seja, utilizar “a população para manter uma coesão social.” Essa homogeneidade desejada, conforme ressalta o autor, tinha em vista “o projeto revolucionário”.

Transcrevemos, aqui, o depoimento de um leitor de Maceió, publicado no *Diário de Pernambuco*, no dia 05 de agosto de 1930, no qual percebemos a dimensão em que o assassinato de João Pessoa foi cultuado:

Houve na morte do Dr. João Pessoa um grande simbolismo. Em primeiro lugar, o seu fim trágico se verificou **num palco lendário de cidade heróica, gloriosa** nos fastos brasileiros e inspiradamente decantada por insignes poetas. O próprio nome dessa cidade – **Recife** – **suscita a ideia de resistência férrea e inquebrantável contra a terrível sanha dos elementos.** Feita essa consideração, outra nos vem logo à mente: é a do ponto em que o excelso Presidente foi ferido – **um estabelecimento chamado Glória.** Dir-se-ia que, inconscientemente a mão traiçoeira que o subtraiu a vida, só o pode atirar a morte no meio de um fulgor duradouro de apoteose. Dessa apoteose, cheia de deslumbramentos, subiu ele para ir exalar a sua última aura de vida **noutra casa comercial denominada Brasil.** Assim no meio de uma luta em que ele simbolizava **a resistência de um penhasco baldadamente flagelado** por acerbos antagonismos teve o princípio de sua agonia **em plena glória** e cerrou seus olhos, afeitos a encarar o perigo **no coração do Brasil.**(Jornal *Diário de Pernambuco*, 05 de agosto de 1930 – grifos nossos).

É curioso notar que, quando o leitor identifica e atribui adjetivos aos “marcos simbólicos” que fizeram parte do cenário do “fim trágico” do Presidente João Pessoa, ou seja, em primeiro lugar, a cidade para onde ele viajou no sábado do dia 26 de julho de 1930, em seguida, a confeitaria onde ocorreu o assassinato e a farmácia onde o levaram para receber os primeiros socorros, encontramos elementos que, anteriormente, já pertenciam ao imaginário criado tanto pela historiografia quanto pela memória oficial em relação ao estado de Pernambuco, especificamente, para a cidade de Recife.

É válido ressaltar, por exemplo, alguns trechos poéticos encontrados no hino da cidade de Recife, que traz, em seus versos, a “*tecida claridade*” da “*lendária e heróica cidade plantada à beira-mar*”. Do mesmo modo, o hino oficial do estado de Pernambuco exalta um “*coração*” em que “*corre sangue de heróis – rubro veio*”

insistindo num verso repetido várias vezes, que Pernambuco é uma “*Roma de bravos guerreiros*”ⁱⁱ.”

Essas duas canções fazem parte de uma memória histórica e de intensos debates historiográficos de Pernambuco e da Paraíba. Na obra de Mello (1997), encontramos várias discussões sobre esse revestimento de heroísmo dos pernambucanos, iniciado no Século XVIII, com a denominada “Guerra dos Mascates” em 1710. Porém, o autor também ressalta que a criação do “Panteão Restaurador” encontra “raízes históricas” no Século XVI, com a expulsão definitiva dos holandeses do território do Nordeste do Brasil, por uma “tetrarquia de heróis” (João Vieira, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias) e como essa imagem de heroísmo chega até o Século XIX se fazendo presente nos movimentos liberais desse período, como a Revolução Republicana de 1817 e a Confederação do Equador, de 1824. A primeira se torna ainda presente nos versos do hino municipal, apontando o “*dezessete*”, como a “*aurora coroando a cidade imortal.*”

Em outras palavras, entendemos que o depoimento do leitor se ajusta à “aura” de bravura e de resistência que ostentava o estado de Pernambuco nas suas “lutas históricas” do passado, pois conferiu, no instante da morte de João Pessoa, um “palco” ideal para o ressurgimento do herói. Segundo essa construção mítica, todos os que lutaram com o “sacrifício do seu sangue” estariam representados nas figuras dos “heróis pernambucanos”.

Nesse clima fúnebre, criado nas páginas dos jornais, uma publicação, entre muitas, chamou-nos a atenção, porque foi escrita em nome da criança paraibana para o Presidente João Pessoa. A autora é a srta. Maria Geraldo Granjeiro, em cujo discurso, publicado no dia 09 de agosto de 1930, no *Diário da Noite*, traz-nos um elemento central para pensarmos acerca da idealização do herói no ato do martírio. O sentimento de perda e o exemplo a ser seguido pelas crianças assim ela expressa na carta:

Viverás entre os justos!

Presidente João Pessoa – É a voz da criança paraibana que tantas vezes ressoou festiva em vossos ouvidos, que agora se levanta soluçante e entrecortada de saudades para o triste adeus da despedida **Mártir sagrado do ideal, fostes mais possante que a morte.** Viveis em nós no nosso ser, na imensidade fulgida da verdadeira vida: a vida do justo como uma seta cintilante nos mostra em irradiações o caminho do dever. A vida do bravo

que na sublimidade do desapego e do desprendimento **nos ensina a morrer rindo, em holocausto esplêndido pela pátria.** (*Diário da Noite*, 09 de agosto de 1930 - grifamos)

Esse sentimento de pertencimento e de solidariedade com o morto continuava sendo externalizado pelos jornais, por meio de outras iniciativas, como por exemplo, o *Jornal do Commercio*, no dia 08 de agosto de 1930, dedicou uma página inteira para descrever as mensagens estampadas nas “coroas fúnebres” enviadas pelos políticos da Aliança Liberal, por familiares e parentes, professores e alunos de diversas escolas da Paraíba, do jornal *A União*, funcionários públicos, operários da Associação Comercial da Paraíba, a União dos Retalheiros, operários e choferes paraibanos, a fim de acompanharem o cortejo com o corpo de João Pessoa.

É oportuno transcrever algumas frases dessa coroa a fim de apreendermos que ímpetos são evocados ao morto, nesses primeiros instantes da sua exaltação, e que foram iniciadores da “fabricação” do herói João Pessoa: “*A João Pessoa, a mais alta expressão de dignidade e de bravura nacional.*” (*Diário Carioca*); *Ao inolvidável João Pessoa, expressão máxima da bravura, civismo e lealdade*” (*Estudantes da Faculdade de Medicina*); *Ao João Pessoa, Glória do Brasil, preto de admiração* (*Pedro Oliveira e Família*); *À memória santa do Dr. João Pessoa, o maior dos brasileiros* (*Umbuzeiro*); *Ao invicto paraibano, Dr. João Pessoa, saudosa homenagem* (*alunos e professores do grupo Escola Epitácio Pessoa, Paraíba*) e *Ao seu grande heróico Presidente* (*detentos da Paraíba*).

Em outro momento, a preocupação dos estados vinculados à Aliança Liberal e de alguns deputados aliancistas era a situação em que se encontrava a Paraíba após a morte de João Pessoa. Antônio Carlos e Getúlio Vargas “reprovavam” o envio do exército pelo Presidente da República para “pacificar” o estado e “os rebeldes”. No entanto, confiavam no “glorioso exército nacional” que saberia “respeitar a autonomia da Paraíba”.

Em resposta a essas inquietações, o Presidente Álvaro de Carvalho comenta sobre os telegramas que recebeu dos dois Presidentes aliancistas: “De posse dos telegramas acima senti que estava diante dos mesmos homens para quem a Paraíba fora apenas um motivo emocional de frases elegantes” (CARVALHO, 1978, p. 47).

De fato, os “motivos emocionais” eram notícias diárias no jornal do Rio Grande do Sul. O *Estado do Rio Grande*, no dia 28 de julho, publicava que, na Paraíba, foram “cenas emocionantes e indescritíveis” causadas pelas primeiras notícias, “acorrendo o povo em massa para o centro da cidade numa grande excitação. As cenas mais emocionantes tiveram teatro na via pública, temendo-se distúrbios” (JORNAL ESTADO DO RIO GRANDE, 28 de julho de 1930).

Outra estratégia era associar o “povo” ao próprio João Pessoa. Novamente o jornal *Estado do Rio Grande* expressa desta forma, ainda nas notícias do domingo do dia 28 de julho de 1930: “*Se já não somos uma nação inteiramente morta, se alguma coisa vibra ainda dentro de nós, esse crime há de ser-nos um sacrifício libertário, há de nos conduzir-nos a revolta redentora*”. (sic)

O caráter apelativo da manchete acima foi um recurso frequente às emoções ou o uso de metáforas na pretensão de afetar as representações sociais, pretendendo ser uma convocação para ação. Para os periódicos impressos e líderes políticos gaúchos da Aliança Liberal, essa ação se daria através de uma “revolução” libertadora contra o Palácio do Catete, ou seja, contra o Presidente da República, Washington Luís.

Na terça-feira, dia 29, outra manchete em destaque nas páginas do *Estado do Rio Grande*: “**A JUSTIÇA DAS RUAS**”. Observando a titulação dada ao artigo, entendemos a insistência que se faz à repercussão do assassinato de João Pessoa, dessa vez, não mais limitada à reprodução dos discursos inflamados dos políticos nas sessões do Congresso, mas fruto das “manifestações populares”, em especial, na “pequena e heróica Paraíba”, onde estava se realizando uma das maiores expressões de indignação, “atingindo a sua máxima intensidade”.

A manchete do *Diário de São Paulo*, em 29 de julho, também é incisiva quando trata de explicar a situação dos acontecimentos que envolviam “populares revoltados”: “A Paraíba está conflagrada sob a cólera das multidões e incerta é a situação do país ante o atentado de Recife, que abalou os sentimentos da unanimidade dos brasileiros”.

O “povo brasileiro, revoltado” e “unânime” contra o assassinato de João Pessoa, era a assertiva que perdurou por semanas nas primeiras páginas dos jornais. Percebemos que, ao evidenciar a “indignação dos populares”, constituiu-se numa nova

estratégia, uma vez que João Pessoa morto “proporcionou a Getúlio Vargas e às demais lideranças políticas aliancistas o catalisador de que necessitavam para dar nova vida a sua declinante capacidade de atração política” (LEWIN, 1993, p.357).

ⁱ Em 22 de outubro de 1928, assumiu a Vice-Presidência do Estado, que tinha como Presidente o Dr. João Pessoa; dois anos mais tarde, em consequência do assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, ocupou a Presidência. Com o fim da Revolução de 30, Álvaro de Carvalho retornou ao magistério, renunciando à política. Ver. <http://www2.aplpb.com.br/academicos/alvarod.htm> e a sua obra: CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da revolução: 72 dias na presidência do estado da Paraíba - memórias**. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

ⁱⁱ O hino do estado de Pernambuco foi criado em 1908 pelo poeta Oscar Brandão. O hino da cidade do Recife foi instituído pela Lei Municipal nº 108, de 10 de junho de 1924, música de Nelson Ferreira e letra de Manoel Arão. Letras completas dos hinos encontra-se no site da Fundação Joaquim Nabuco - ver. www.fundaj.gov.br.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo, Ed. Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução: 72 dias na presidência do estado da Paraíba - memórias**. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio - o imaginário da restauração pernambucana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e retórica política em *Última Hora*, o dia e luta democrática no segundo Governo Vargas. (1951-1954). In **História e Imprensa, Representações e Práticas de poder**. NEVES, Lúcia Maria P., MOREL, Marcos, FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org) DP&A Faperj. Rio de Janeiro, 2006.